



Serra do Fação Energia S.A.

SERRA DO FAÇÃO ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 07.727.966/0001-74

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 2013



Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e societárias, apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013. A Serra do Fação Energia S.A. ao final do exercício de 2013, do ponto de vista econômico e financeiro, no terceiro exercício de operação com capacidade total, obteve alguns resultados que merecem registro: Lucro Líquido de R\$ 19,478 milhões, com uma margem líquida de 7,75%, representando -26% de variação, abaixo das metas estabelecidas pelo Conselho de Administração, o EBITDA foi de R\$89,263 milhões, uma variação de -11,6% em relação ao Plano Operacional de 2013 e -17% em relação ao ano de 2012, distribuição de Dividendos no valor de R\$ 29,355 milhões, redução de R\$ 0,843 milhões de custos gerenciáveis em relação ao plano de 2013 e R\$ 1,075 milhões em relação ao ano de 2012, amortização acumulada do financiamento do empréstimo junto ao BNDES no valor de R\$204 milhões, manutenção da conta garantia do BNDES no valor aproximado de R\$ 22 milhões. Ressalta-se que os principais fatores que impactaram, tanto o resultado líquido, como o EBITDA, foram: i) a criação dos Encargos de Serviços do Sistema – ESS, encargo este que impactou não apenas os consumidores finais, mas também os agentes do sistema, uma vez que o mesmo não estava previsto na composição do preço da energia elétrica e consequentemente, no Plano Operacional; ii) a sazonalização das vendas de energia elétrica no início do ano que trouxeram impacto significativo à empresa. Do ponto de vista do desenvolvimento do empreendimento, em 2013 as obras civis e as montagens eletromecânicas foram totalmente concluídas. Foi possível otimizar a geração de energia elétrica de modo a ultrapassarmos a marca de 2.500.000 de MWh, desde o início da operação em 2010, mesmo considerando a redução de geração devido ao deplecionamento do reservatório, face ao enchimento da UHE Batalha situada à montante da UHE Serra do Fação. Outro marco importante alcançado pela empresa foi a Primarização dos serviços de O&M que foi concluída com sucesso em Out-13, observando os aspectos técnicos, jurídicos e financeiros, sendo que tal mudança tem a expectativa de redução de custos de R\$ 800 mil/ano. Durante o ano de 2013 a Usina Serra do Fação manteve sua disponibilidade, numa base de cinco anos, acima do valor definido pela EPE. Ao final do ano o valor da disponibilidade atingiu 91,34% enquanto que o valor de referência é de 89,58%, mesmo com as paradas para realização da inspeção de 16.000 horas nas duas UG's. Quanto à segurança das instalações e colaboradores, destacamos que no ano corrente a Operação e Manutenção da Usina transcorreu sem a ocorrência de nenhum acidente de trabalho, perfazendo um excelente resultado de 42 meses ou 1268 dias sem acidentes de trabalho dentro das instalações da Usina. Destaca-se a conclusão do escritório administrativo da UHE Serra do Fação, tendo sido o mesmo inaugurado em Dez-13 e a transferência da sede da Companhia para o estado de Goiás na cidade de Catalão visando a otimização dos custos. No que diz respeito às ações socioambientais, estão em andamento todos os programas constantes na Licença de Operação e ainda, todas as ações visando a renovação desta licença já foram concluídas, tais como: reuniões e apresentações no IBAMA para demonstração do status dos programas ambientais, solicitação formal de acordo com prazos processos estabelecidos junto aos respectivos órgãos e vistoria física realizada pelo IBAMA em Novembro 13. Perfil da Empresa: Em 28 de junho de 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL realizou o Leilão nº 002/2001, por meio do qual o Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação - GEFAAC arrematou a concessão para exploração do potencial de energia hidráulica localizado no rio São Marcos, entre os municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre, Ipameri e Cristalina, Estado de Goiás e Paracatu no Estado de Minas Gerais. O Contrato de Concessão 129/2001 – ANEEL – AHE Serra do Fação e seus aditivos regulam a referida exploração da UHE Serra do Fação. A Usina Hidroelétrica, cuja concessão foi outorgada pelo Decreto de 16 de outubro de 2001, publicado no Diário Oficial de 17 de outubro de 2001, tem potência instalada de 212,58 MW e as instalações de transmissão compreendem uma linha de transmissão, em 138 kV, com 32,5 Km de extensão, circuito duplo, conectando-se à Subestação Catalão. A energia assegurada da Usina Hidroelétrica é de 182,4 MW médios, sendo que nesse total estão incluídos 76,7 MW médios relativos a ganhos incrementais a jusante. O Contrato de Concessão prevê que a concessão para o Aproveitamento Hidroelétrico seja exercida pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação - Consórcio GEFAAC. As empresas integrantes do Consórcio GEFAAC formalizaram requerimento à ANEEL para a transferência da concessão de geração para a România Participações S.A., anuído pela Resolução Autorizativa 814, de 14 de fevereiro de 2007. A referida resolução prevê o encaminhamento por parte das concessionárias do Instrumento Particular de Distrito e de Extinção do Consórcio GEFAAC, o qual ocorreu em 4 de abril de 2008, além da assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão, no qual consta a referida transferência. Em 31 de dezembro de 2013, a composição acionária da Sociedade e as respectivas participações eram as seguintes:

Table with 3 columns: Item, Value, and Percentage. Includes DME Energética S.A., Camargo Corrêa Energia S.A., Furnas Centrais Elétricas S.A., Alcoa Alumínio S.A., etc.

Situação da Empresa: A Usina Hidroelétrica Serra do Fação iniciou a operação comercial da Unidade Geradora nº 01 em 13 de julho de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2.001 de 12/07/2010, publicado no DOU em 13 de julho de 2010 e a Unidade Geradora nº 02 teve sua operação comercial autorizada pela ANEEL, em 7 de agosto de 2010, através do Despacho ANEEL nº 2274 de 6 de agosto de 2010, publicado no DOU em 9 de agosto de 2010. O empreendimento, em conjunto com outras hidroelétricas, participa do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento instituído pelo Governo Federal visando garantir o fornecimento de energia elétrica para os próximos anos, sendo que a UHE Serra do Fação foi inaugurada oficialmente em 19 de outubro de 2010 pelo Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. A SEFAC obteve do BNDES a autorização para concessão de financiamento no valor de R\$520 milhões, firmado no Contrato de Financiamento nº 09.2.0124-1, em 05/03/2009 e também obteve um financiamento complementar no valor de R\$66 milhões, firmado no Contrato de Financiamento nº 09.2.1328-1, tendo sido este financiamento complementar totalmente quitado em dezembro de 2010.

Table titled 'Desempenho Econômico Financeiro' with columns for dez/13, dez/12, and Variação 2013/2012. Includes Receita Operacional Bruta, Receita Operacional Líquida, EBITDA, etc.

Table titled 'Dados do Investimento, Orçamento Operacional 2014 e Governança Corporativa' with columns for 2013, 2012, and Var. Includes Lucro Líquido, Resultado Financeiro, etc.

Table titled 'Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2013 (Em milhares de reais)' with columns for Ativo and Passivo, and sub-columns for 31/12/2013 and 31/12/2012. Includes Circulante, Não Circulante, Ativo, etc.

Table titled 'Demonstração do Resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais) exceto lucro por ação' with columns for 2013, 2012, and Var. Includes Receita Operacional Líquida, Custo de Energia Elétrica e Serviços, etc.

Table titled 'Demonstração Das Mutações Do Patrimônio Líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto dividendos por lote de mil ações)' with columns for Notas, Capital social, Legal, Investimentos, etc.

Table titled 'Demonstração do Resultado Abrangente para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2013 (Em Milhares de Reais)' with columns for 2013, 2012, and Var. Includes Lucro Líquido do Exercício, Resultado Abrangente Total do Exercício, etc.

Notas Explicativas Às Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais, exceto quando especificado) 1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Serra do Fação Energia S.A. (a "Companhia" ou "SEFAC"), sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 20 de outubro de 2005 sob a razão social de România Participações S.A., tendo sido alterada através de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de janeiro de 2007. A Companhia tem por objetivo a exploração do potencial de energia hidráulica do Rio São Marcos, nos municípios de Catalão, Davinópolis, Campo Alegre, Ipameri e Cristalina, Estado de Goiás, e Paracatu no Estado de Minas Gerais, denominado Usina Hidroelétrica Serra do Fação (UHE Serra do Fação). A sede da Companhia está localizada na cidade de Catalão – GO, na Avenida 20 de Agosto, 1293 - subsolo. A UHE Serra do Fação tem potência instalada de 212,58 MW (2 turbinas com potência de 106,29 MW cada) e energia assegurada de 182,4 MW médios. A UHE Serra do Fação é constituída pela UHE Serra do Fação e pelo Sistema de Transmissão Associado, composto por uma subestação elevadora de 138 kV (da Usina) e duas linhas de transmissão de 138 kV, de interesse restrito à central geradora, com 32,5 km de extensão, que interliga a energia gerada pelas UG's ao SIN, Sistema Interligado Nacional, através da Subestação de Catalão da CELG. A concessão para produção de energia elétrica foi outorgada pelo Governo Federal por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 129/2001, assinado em 7 de novembro de 2001, que vigorará pelo prazo de 35 anos, a partir da data de sua assinatura, e que poderá ser prorrogado, com base no próprio contrato de concessão, de acordo com a cláusula segunda do referido contrato, mediante cumprimento dos requisitos e processos ali mencionados, tais como: relatórios técnicos específicos preparados pela fiscalização da ANEEL, nas condições que forem estabelecidas, a critério da ANEEL, mediante o requerimento prévio com antecedência de 36 meses antes do seu término. O Contrato de Concessão previa que a concessão para o aproveitamento hidroelétrico fosse exercida pelo Consórcio Grupo de Empresas Associadas Serra do Fação - Consórcio GEFAAC. As empresas integrantes do Consórcio GEFAAC formalizaram requerimento à ANEEL para a transferência da concessão de geração para a România Participações S.A., anuído pela Resolução Autorizativa nº 814, de 14 de fevereiro de 2007. A referida Resolução prevê o encaminhamento, por parte das concessionárias envolvidas na operação, do Instrumento Particular de Distrito e de Extinção do Consórcio GEFAAC, o qual ocorreu em 4 de abril de 2008, além da assinatura do termo aditivo ao Contrato de Concessão, no qual consta a referida transferência. A Companhia firmou contrato com o Consórcio de Empresas de Fornecedores de Serra do Fação – COFAC, para o fornecimento dos serviços de engenharia, suprimentos, materiais, equipamentos, transporte, construção e obras civis, montagem, testes, comissionamento, treinamento e demais atividades necessárias para a implantação da UHE Serra do Fação sob o regime de empreitada "Turn Key" a preço global e prazo determinado, conforme proposta consolidada do contratado, projeto básico consolidado e especificações técnicas consolidadas. O início do fornecimento dos serviços ocorreu em fevereiro de 2007, tendo sido concluído no último trimestre de 2013. Através do leilão para novos empreendimentos de geração de energia realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em 16 de outubro de 2007 estão contratados 121 MW médios de energia, pelo preço de R\$131,49 (R\$ 179,73 médio atualizado até 31 de dezembro de 2013) e, através do Termo de Acordo firmado entre os acionistas da Companhia, foram vendidos à sócia Alcoa Alumínio S.A. (Alcoa), pelo mesmo valor firmado no leilão, 60 MW médios de energia. Em 11 de novembro de 2008, o referido Termo de Acordo foi aditado ficando acordado que 30 MW médios da energia disponibilizada à Alcoa, no total de 60 MW médios, seriam disponibilizados no mercado livre pelo prazo de 18 meses, contados a partir da entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora. Concomitantemente, a SEFAC outorgou uma opção de compra, pelo mesmo valor firmado no leilão, dos referidos 30 MW médios dentro dos mesmos prazos citados. Em 12 de dezembro de 2008, foi definido que cada acionista, exceto Alcoa, teria o compromisso de compra da energia remanescente do projeto na proporção de sua participação na Companhia. Os referidos contratos celebrados no Ambiente Regulado, de acordo com as regras do leilão foram celebrados com o período de suprimento da zero hora do dia 1º de janeiro do ano de 2012 e o término do suprimento às 24 horas do dia 31 de dezembro do ano de 2041, independentemente do prazo final da concessão, permissão ou autorização SEFAC terminar no ano de 2036. De acordo com as regras do Leilão 001/2007 e com base nos contratos estabelecidos junto aos clientes, contratos estes registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), na eventualidade de o prazo final da concessão ou autorização do comprador ou vendedor encerrar-se antes do término do período de suprimento, o sucessor da titularidade da respectiva concessão assumirá todas as obrigações e direitos previstos nos presentes contratos. Fase Operacional: Após comissionamento dos equipamentos da Subestação de 138 kV,

aproximadamente 51% correspondem ao contrato com o Consórcio de Empresas de Fornecedores de Serra do Fação - COFAC e os demais valores estão principalmente relacionados a custos socioambientais, administração do projeto e compra de aço, cimento e energia elétrica. Os custos ambientais, incluindo a indenização das propriedades atingidas, foram orçados em aproximadamente R\$301 milhões que correspondem a aproximadamente 28% do orçamento. O orçamento operacional para o exercício de 2014 foi elaborado, projetando um resultado líquido anual de R\$ 39,959 milhões, incluindo os custos gerenciáveis (Administração, O&M da Usina e Seguros) no valor de R\$11,748 milhões/ano. Com relação aos dividendos, a princípio haverá o pagamento de 25% do resultado líquido de 2013, conforme limite pré-estabelecido no contrato junto ao BNDES, pagamento este que deverá ocorrer no segundo trimestre de 2014. Vale ressaltar que a Administração já está tomando todas as medidas para obter junto ao BNDES a autorização para distribuição de 100% do resultado líquido do ano de 2013 e o saldo residual de 2012, valor este, que pode totalizar R\$ 22 milhões. O plano operacional para o exercício de 2014 foi aprovado pelo Conselho de Administração em novembro de 2013. Todos os resultados financeiros estão baseados em princípios e valores observados pela Administração, preservando sempre a Governança Corporativa, Segurança, transparência, controles internos, aprimoramento de fluxos de processos e procedimentos internos. Aspectos Socioambientais: Ao longo do desenvolvimento das atividades ambientais, todos os órgãos do IBAMA têm sido prontamente respondidos, garantindo a manutenção da Licença de Operação do Empreendimento, válida até novembro de 2013, bem como, mitigando eventuais problemas com relação à renovação da licença. Atualmente são executados 24 (vinte e quatro) Programas Ambientais sendo 21 (vinte e um) Programas Ambientais previstos na Licença de Operação que em sua maioria são de continuidade aos Programas Ambientais da Licença de Instalação e 05 (cinco) Programas Ambientais encerrados: Acompanhamento dos Direitos Minerários, Monitoramento do Lençol Freático, Limpeza da Bacia de Acumulação, Arqueológico e Reorganização da Infra-Estrutura e Apoio aos Serviços Municipais referentes as atividades remanescentes da Licença de Instalação. A SEFAC está atendendo as 34 condicionantes da Licença de Operação nº 895/2009-IBAMA, referentes a execução dos Programas Ambientais, sendo que o cumprimento e andamento dos programas é consolidado através do envio de relatórios anuais. Benefícios Fiscais Levados aos Municípios e aos Estados de Goiás e Minas Gerais: No período de operação da Usina em 2013, os Estados de Goiás e Minas Gerais, os municípios impactados pelo empreendimento, os ministérios de Meio Ambiente e de Minas e Energia e o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) receberam a título de compensação financeira prevista em legislação específica, um valor de aproximadamente R\$2,8 milhões, sendo que, para o ano de 2014 há a expectativa de elevação destes valores devido a estimativa de geração de um volume maior de energia elétrica, estimativa esta que representa um valor de R\$ 5,5 milhões. Com relação aos municípios, o valor a ser distribuído obedece dois critérios: o repasse por ganho de energia por regularização de vazão e o de área inundada pelo reservatório, quanto ao restante da distribuição, este rateio é efetuado com base em critério previamente estabelecido pela ANEEL com os respectivos percentuais de distribuição. Operação da Usina e status das obras complementares: Durante este ano foram concluídas as atividades pendentes relacionadas às Obras Civis e Montagem Eletromecânica. O objetivo principal da Administração era a conclusão dos serviços pendentes no contrato EPC e consequentemente o encerramento deste contrato EPC junto ao COFAC (Consórcio Construtor de Serra do Fação) ainda no exercício de 2013. Até o presente momento não foi assinado o termo de encerramento contratual com o COFAC, porém, as negociações já estão bem avançadas. Quanto às metas operacionais, um dos grandes objetivos da Diretoria é administrar a usina de modo a manter o reservatório com o nível de água adequado para que haja maximização da quantidade de energia a ser gerada em 2014, minimizando as compras de energia, considerando um desafio extra, pois durante os anos de 2013/2014 está havendo o enchimento do reservatório da UHE Batalha, à montante da UHE Serra do Fação. Perspectivas e Agradecimentos: A operacionalização da Usina, gerenciamento dos programas ambientais e gerenciamento dos custos administrativos deverão continuar sendo efetuados em conformidade com as diretrizes, os cronogramas, os parâmetros orçamentários e de segurança definidos pelo Conselho de Administração da Sociedade e os Acionistas, sendo que a Diretoria tem como seus objetivos, além da otimização dos resultados financeiros para o exercício de 2014, a contínua racionalização dos custos através da introdução de procedimentos de otimização de recursos materiais e de pessoal, sem que seja alterado o padrão de atendimento às condicionantes sócio-ambientais presentes na licença de operação em vigor, padrões de segurança e sempre observando os controles e procedimentos internos. Aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores internos e externos, Órgãos públicos, privados e às instituições financeiras, agradecemos o apoio e a confiança demonstrada ao longo deste período. Rio de Janeiro - RJ, fevereiro de 2014. A Administração

Table titled 'Demonstrações dos Fluxos de Caixa para o exercício findo em 31/12/2013 (Em R\$)' with columns for Atividades Operacionais, Investimento, and Financiamento. Includes Lucro líquido do exercício, Ajustes para reconciliar o resultado com recursos, etc.

Table titled 'Demonstração do Valor Adicionado para o exercício findo em 31/12/2013 (Em R\$)' with columns for Receitas, Insumos Adquiridos de Terceiros, Valor Adicionado Bruto, etc. Includes Receitas, Insumos Adquiridos de Terceiros, Valor Adicionado Bruto, etc.

Continuação...

ca, em outubro de 2013 a Diretoria da SEFAC optou em priorizar os serviços até então terceirizados, sendo que esta alteração também foi analisada e aprovada pelo Conselho de Administração. Os seguros para a fase operacional e responsabilidade civil geral são contratados anualmente com período de vigência de 12 meses. Todas as licenças ambientais requeridas foram obtidas antes do início da operação da SEFAC. Desde a sua entrada em operação, a Companhia despachou a totalidade da energia que foi requerida, de acordo com a programação aprovada pelo ONS. (*) Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$56.123 (R\$29.307 em 31 de dezembro de 2012), causado pela parcela de curto prazo dos empréstimos e dos dividendos declarados a pagar. A Administração, baseada nos contratos de venda de energia elétrica existentes, considera que a geração de caixa oriunda destas receitas operacionais previstas para os próximos meses será suficiente para quitar os compromissos de curto prazo da Companhia. (*) Informação não examinada pelos auditores independentes.

alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos financeiros da Companhia estão classificados como empréstimos e recebíveis. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes, caucões e depósitos vinculados e contas a receber de partes relacionadas) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. Os passivos financeiros (incluindo empréstimos, fornecedores e outras contas a pagar), após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. r) Demonstração do valor adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, como parte de suas demonstrações financeiras. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. s) Demonstração do Fluxo de Caixa: A Companhia optou por apresentar os fluxos de caixa oriundos de pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos passivos como atividade de financiamento. 3.1 ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE E ALTERAÇÕES NAS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS NO BRASIL: O International Accounting Standards Board – IASB publicou ou alterou pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita a partir de 01 de janeiro de 2014. As alterações são: Modificações em IAS 39 – Redução no valor recuperável de ativo (alteração) – introduz alterações e clarificações sobre as divulgações requeridas por esse pronunciamento. IAS 39 – Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração (alteração) – clarifica que não há necessidade de descontinuar o Hedge accounting no caso de novação do contrato de derivativo vinculado ao hedge desde que sejam atingidas certas condições. IAS 32 – Instrumentos financeiros – divulgação (alteração) – clarifica as condições para apresentação de um ou mais instrumentos financeiros pelo líquido de suas posições. IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas, IFRS 12 – Divulgação de participações em outras entidades e IAS 27 – Demonstrações financeiras separadas (alteração) – introduz alterações nas regras de consolidação, divulgação e apresentação de demonstrações separadas para as empresas de investimento. IFRIC 21 – Taxas governamentais (nova interpretação) – introduz guia de quando reconhecer uma taxa imposta por ente governamental. Aplicáveis em ou a partir de 01 de janeiro de 2015. IFRS 9 (novo pronunciamento) – introduz novos requerimentos de classificação e mensuração de ativos financeiros. IFRS 9 e IFRS 7 (alterações) – Modificações em IFRS 9 e IFRS 7 sobre data de aplicação mandatória da IFRS 9 e divulgações de transição. A Companhia está procedendo sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos ou alteração em suas demonstrações financeiras.

Table with financial data including: Veículos, Imobilizado operacional, Edificações, obras, benfeitorias, reservas, barragens e adutoras e terrenos. It includes multiple columns for 2013 and 2012, with sub-columns for '31/12/2013' and '31/12/2012'. The table also contains sections for 'Tributos e contribuições sociais', 'Títulos e valores mobiliários', and 'Tributos e valores mobiliários'.

Em 31 de dezembro de 2013, não havia saldo vencido composto a carteira de contas a receber exato em relação ao cliente Celpa cujos pagamentos estão sendo efetuados baseado em acordo judicial.

Continuação...

Refere-se a provisão de uma ação de indenização de desapropriação que soma o valor de R\$ 138 em 31 de dezembro de 2013 com valor para eventual condenação estimado em R\$ 58 que está provisionado. No decorrer do ano de 2012, a SEFAC apresentou defesa em uma Ação Civil Pública ajuizada pelo Ministério Público Estadual de Goiás na Justiça Estadual de Goiás, no fórum de Catalão, com o valor da causa atualizado em R\$ 29.986 sobre os mesmos fatos relativos a mortandade de peixes no reservatório da UHE Serra do Facão. O risco dessa ação foi determinado como possível pelos assessores legais da Companhia e, portanto, não foi constituída a provisão para esse risco. A ação judicial, devido à defesa apresentada, teve o foro deslocado para a Justiça Federal de Brasília e, até o momento, o Ministério Público Federal não se manifestou quanto à continuidade da ação judicial. A Companhia tem outras ações de natureza cível envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação dos advogados da empresa e de seus consultores legais externos, para as quais não há provisão constituída com os valores envolvidos de R\$857.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o capital social, no valor de R\$467.368, é representado por 467.368.000 ações, sendo 377.240.104 ordinárias e 90.127.896 preferenciais, nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas Assembleias Gerais. A totalidade das ações preferenciais são detidas pela acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. As ações preferenciais não têm direito a voto, porém, têm prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação da Companhia e têm direito a um dividendo fixo de R\$0,01 (um centavo de real) por lote de 1.000 ações. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 é assim composto:

	Quantidade de ações		Total	%
	Ordinárias	Preferenciais		
Alcoa Alumínio S.A.	163.455.882	-	163.455.882	34,97
DME Energética S.A. (*)	47.146.692	-	47.146.692	10,09
Camargo Corrêa Energia S.A.	25.541.149	-	25.541.149	5,47
Furnas Centrais Elétricas S.A.	141.096.381	90.127.896	231.224.277	49,47
	377.240.104	90.127.896	467.368.000	100,00

(*) A DME Energética S.A. é controlada pela DME Poços de Caldas Participações S.A., cujo único acionista é o Município de Poços de Caldas (MG). b) Reserva Legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. c) Dividendos : A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendo mínimo obrigatório" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendo adicional proposto". Esse dividendo adicional somente será pago se houver homologação dos acionistas e do BNDES. Em 04 de abril de 2013 foi aprovada pelo BNDES uma distribuição de dividendos adicional em montante de R\$ 22.654. Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício	19.478	28.217
Reserva legal (5%)	(974)	(1.411)
Base de cálculo para dividendos	18.504	26.806
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	4.626	6.701
Dividendo adicional proposto	13.878	20.105
No mês de novembro de 2013 a Serra do Facão Energia S/A distribuiu o montante de R\$29.355 a título de dividendos a seus acionistas referente ao lucro integral do exercício de 2012 e parcial do exercício de 2011, respeitando o limite aprovado pelo BNDES.		
18. RECEITA: A seguir, a análise da receita da Companhia no período:		
	31/12/2013	31/12/2012
Suprimento/Fornecimento de energia	277.527	262.965
Receita energia secundária - CCEE	124	9.693
Outras receitas	849	52
Total da receita bruta	278.500	272.710

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do período:

	31/12/2013	31/12/2012
Receita bruta	278.500	272.710
Menos:		
PIS	(4.581)	(4.403)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: MEMBROS TITULARES: Ricardo Carneiro Gurgel Nogueira; José Márcio Peralta; Ricardo de Barros Moraes Sayão; Dario Almeida Albagli; Miguel Gustavo Junqueira Franco; Rodrigo Cardoso Barbosa. **MEMBROS SUPLENTE:** Claudia Campos Leite; Marco Antônio Carvalho Gomes; Rogério Gonçalves Pizeta; Mateus Tiraboschi; Benedito Maria de Mendonça Chaves; Fernando Luiz Aguiar Filho.

DIRETORIA EXECUTIVA: EDUARDO BUENO GUIMARÃES - DIRETOR PRESIDENTE; ODAIR BATISTA CARVALHO - DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO. PATRÍCIA NOGUEIRA DE SOUZA POLATE - CONTADOR - CRC RJ-095769/O-0 GO

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras: Direito de outorga ou direito de concessão - Uso do Bem Público "UBP"** Conforme mencionado na Nota explicativa nº 3.m, a Companhia não registrou o valor da obrigação a pagar do direito de exploração (concessão onerosa), denominado Uso do Bem Público ("UBP"). O registro contábil vem sendo feito pelo regime de caixa quando do pagamento das parcelas mensais, iniciadas em julho de 2010. Entendemos que o registro da obrigação do UBP deve ser efetuado em contrapartida ao ativo intangível (direito de concessão) desde a data da assinatura do contrato de concessão (ocorrido em 2001). Consequentemente, em 31 de dezembro de 2013, os saldos de obrigações a pagar e do ativo intangível (direito de concessão) estão a menor em R\$1.392.435 mil e R\$1.027.604 mil (em R\$1.343.789 mil e R\$1.072.444 mil em 2012), respectivamente, e o patrimônio líquido e o resultado do exercício estão a maior em R\$364.831 mil e R\$93.487 mil (R\$271.345 mil e R\$102.550 mil), respectivamente, sem considerar os efeitos tributários. **Opinião com ressalva:** Em nossa opinião, exceto pela falta do registro da obrigação do direito de exploração de Uso do Bem Público, descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os

Prefeituras Municipais

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DE GOIÁS
AVISO DE EDITAL
Edital de Concorrência nº 001/2014
Processo nº 1456/2014

A Comissão Permanente de Licitação do Governo Municipal de Palmeiras de Goiás - GO, torna público que fará realizar, às 15:00 horas do dia 29 de abril de 2014, Licitação, tipo menor preço global, na modalidade Concorrência nº 001/2014, tendo por objeto: **Contratação de empresa especializada para realizar obras e serviços de ampliação do sistema de abastecimento de água e universalização do sistema de esgotamento sanitário do município de Palmeiras de Goiás, neste estado, divididos em lotes, conforme especificações contidas nos anexos, nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores modificações.** A licitação será realizada na hora e dia designados. Poderão ser obtidas maiores informações e cópia do Edital e seus Anexos, das 08:00 h às 11:00 h e das 13:00 h às 16:00 h, na Prefeitura Municipal de Palmeiras de Goiás, sito: A Rua Americano do Brasil, nº 149 - Palmeiras de Goiás - GO, fone: (064) 3954-4008, mediante o pagamento da Taxa de R\$ 20,00 (vinte reais).

Palmeiras de Goiás - GO, 19 de março de 2014.

ELISABETH DE PAULA SILVA
Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMINÓPOLIS
PREGÃO PRESENCIAL - EDITAL Nº 006/2014
O MUNICÍPIO DE PALMINÓPOLIS - GO, faz saber aos interessados, que estará realizando na sua sede, sito na Rua Eldídio de Paula Ribeiro, nº 395, Centro, nesta cidade, fone: 64 3675 1167, no dia 10 de abril de 2014, às 08:00h, Licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo menor preço por item, para aquisição de 01 caminhão 0 Km com caçamba de 5m³ 4x2 (toco), Cabine Curta, Fabricação Nacional, para atender a Secretaria Municipal de Administração, conforme especificações do edital supra, que reger-se-á sob as normas da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores. Maiores informações poderão ser obtidas na sede desta Prefeitura, no endereço acima citado, no horário de expediente. Palminópolis-GO, 28 de fevereiro de 2014. Publique-se. EURÍPEDES CUSTÓDIO BORGES - Prefeito Municipal.

2ª ERRATA DE EDITAL CONCURSO PUBLICO Nº 001/2014
O MUNICÍPIO DE PALMINÓPOLIS - GO, sito a Rua Eldídio de Paula Ribeiro nº 395 Centro, CEP: 75.990-000, através da Comissão de Concurso

Publico, faz saber sobre a 2ª errata do Edital e abertura de inscrições ao Concurso Público para 122 (cento e vinte e duas) vagas do seu quadro de provimento efetivo, cujas inscrições estarão abertas no período de 28/04/2014 a 14/05/2014, através do site www.meritossistemaconcursos.com.br. O Edital do Concurso Público nº 001/2014, encontra-se na íntegra, disponível nos sites eletrônico www.meritossistemaconcursos.com.br/www.palminopolis.go.gov.br/ e maiores informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura, no endereço acima citado e fone 64 3675 1167, em horário de expediente. Palminópolis - GO, 28 de março de 2014. Eurípedes Custódio Borges - Prefeito Municipal. 52.806

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGATU
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2014
O Município de Porangatu, Estado de Goiás, inscrita no CNPJ sob o nº 01.801.612/0001-46, no fone: (62) 3362-5016, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 09 de abril de 2014, às 08:00 h, em sua sede, na Secretaria de Administração, sito a Rua Goiás nº 33/35 - Centro - Porangatu-GO, em sessão pública, na forma da Lei nº 10.520/02 e subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/93, na Modalidade de PREGÃO PRESENCIAL n. 015/2014 visando à locação de som, luz, arena, arquibancada e outros para a realização da via sacra, conforme especificado no anexo I (Termo de Referência), parte integrante do presente edital. Gabinete do Prefeito Municipal de Porangatu (Go), aos 26 dias do mês de março de 2014.
Publique-se.
Eronildo Lopes Valadares-Prefeito Municipal
52.810

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRÃO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº. 006/2014.
A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRÃO, Estado de Goiás, torna público para conhecimento dos interessados, que fará licitação nº 006/2014, na modalidade pregão presencial, do tipo menor preço por item, no dia 10 de Abril de 2014 às 08:00h na sala de reunião da Prefeitura Municipal de Porteirão, situada na Av.Mato Grosso, nº 838 - Centro, visando à compra de materiais de construção, para pequenos reparos e manutenção em várias secretarias da Prefeitura Municipal de Porteirão-Go, tudo de acordo com as normas da Lei Federal nº. 10.520/02, e subsidiariamente da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e da Lei Complementar nº. 123/2006 e das especificações do anexo I do edital normativo. Os materiais deverão ser

na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado de energia de curto prazo, o que poderia afetar os seus resultados financeiros futuros. d) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores registrados no ativo circulante e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores há três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renovados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos. Os valores dos títulos e valores mobiliários registrados nas demonstrações financeiras aproximam-se dos valores de realização em virtude das operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilidade imediata. O valor contábil do financiamento em reais tem suas taxas atreladas à variação da taxa de juros de longo prazo - JLP e refletem as condições de mercado para este tipo de financiamento. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2013 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos.

22. SEGUROS: A Companhia possui cobertura de seguro para: riscos operacionais, responsabilidade civil, incluindo empregador e danos morais, multi riscos escritório RJ e GO, garantia e riscos diversos. A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

	Ativo	Tipo de cobertura	Vigência	Limite Máximo de Indenização
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil	Seguro - Responsabilidade Civil	8/6/2013 a 14/7/2013	25.000
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Responsabilidade Civil	Seguro - Responsabilidade Civil	14/07/2013 a 14/07/2014	20.000
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Risco operacional	Seguro - Risco operacional	14/7/2013 a 14/7/2014	572.637
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Multi Riscos - Empre-sarial Escritório RJ	Seguro - Multi Riscos - Empre-sarial Escritório RJ	16/11/2013 a 16/11/2014	404
UHE Serra do Facão S.A.	Seguro - Multi Riscos - Empre-sarial Escritório GO	Seguro - Multi Riscos - Empre-sarial Escritório GO	16/11/2013 a 16/11/2014	541

A adequação dos limites de cobertura dos seguros contratados não foi examinada pelos auditores independentes.

23. COMPROMISSOS: O valor gasto em Projetos Ambientais de janeiro a dezembro de 2013 foi de R\$7.577 (R\$8.458 em 31 de dezembro de 2012). O empreendimento está Ambientamente Licenciado através da Licença de Operação nº 095/2009-IBAMA com validade por 4 anos, e está atendendo as 34 condicionantes referentes à execução dos Programas Ambientais. O cumprimento e andamento dos programas são consolidados através do envio de relatórios anuais, tendo sido entregues todos os relatórios devidos até o momento. No ano de 2013 foi iniciado o processo de renovação da Licença de Operação - LO, inclusive com apresentações no IBAMA-DF em maio-13 sobre o andamento e resultados consolidados dos programas até aquele momento. No mês de julho-13 foi apresentado o requerimento ao IBAMA com o relatório do atendimento às condicionantes ambientais para a devida análise e aprovação deste órgão, de modo que seja obtida a renovação da Licença Ambiental. O pedido de renovação foi publicado através do Diário Oficial em 05 de setembro de 2013, conforme determina a legislação em vigor. A visita pelo IBAMA agenda para o período de 18 a 22 de novembro de 2013 foi realizada e a Serra do Facão está aguardando o posicionamento do IBAMA quanto a renovação da licença. Os Programas Ambientais vigentes estão relacionados conforme quadro a seguir. Programas Básicos Ambientais: Prog. 01 - Climatológico; Prog. 02 - Prog. Limnologia e da Qualidade de Água; Prog. 03 - Hidrossedimentologia; Prog. 04 - Sismologia; Prog. 05 - Erosão; Prog. 06 - Lençol Freático; Prog. 07 - Direitos Minerários; Prog. 08 - Limpeza da Bacia de Acumulação; Prog. 09 - Programa de Conservação da Fauna e Flora; Prog. 10 - Circulação de Fauna; Prog. 11 - Conservação da Ictiofauna; Prog. 12 - Gestão Patrimonial; Prog. 13 - Reconstituição Vegetal; Prog. 14 - Prog de Recuperação das Áreas Degradadas; Prog. 15 - Prog. Compensação Ambiental; Prog. 16 - Comunicação Social; Prog. 17 - Educação Ambiental; Prog. 18 - Indenização e Remanejamento; Prog. 19 - Reorganização Infraestrutura - Relocação Linha Distribuição; Prog. 20 - Saúde e controle de Vetores; Prog. 21 - Patrimônio Arqueológico; Prog. 22 - Preservação do Patrimônio Histórico Cultural; Prog. 23 - Gestão Ambiental (Operação do SIG); Prog. 24 - Reserva Legal; A Serra do Facão Energia S.A. está analisando as alterações no novo Código Florestal e sua Administração até o momento entende que não haverá impactos decorrentes deste novo Código.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 04 de fevereiro de 2014.

aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Serra do Facão Energia S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Ênfase: Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente.** Conforme mencionado na Nota explicativa nº 3.e, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida-útil, considerando-se os fatos e circunstâncias que estão mencionados na referida nota. A medida que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** Demonstração do valor adicionado. Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, exceto pelos efeitos da falta do registro da obrigação a pagar do direito de exploração de Uso do Bem Público, descritos no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Rio de Janeiro, 04 de fevereiro de 2014
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes - CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ
Antônio Carlos Brandão de Sousa - Contador - CRC 1RJ 065.976/O-4

52783

entregues fracionados e imediato, conforme solicitação do órgão solicitante e o prazo de pagamento será de 30 e 60 dias, após emissão nota fiscal.
O presente edital estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal, localizada no endereço acima mencionado, em horário de expediente, das 08h às 11h e das 13h às 17h ou pelo telefone: (064) 3643-1144 / 1180. Porteirão-GO, 26 de Março de 2014. **Uelson Machado Mendonça - Secretário Municipal de Administração. Arthur Emilio Oliveira Gomide - Pregoeiro.**
52.806

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE
EXTRATO DE CONTRATO

Pregão Presencial (Sistema de Registro de Preços) nº 113/2013; Contrato nº 029/2014; Processo nº 2014004393; Contratante: Fundo Municipal de Educação; Contratada: Dourado Distribuidora de Produtos Alimentícios Ltda. Me; Objeto: contrato de aquisição de material de consumo atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Educação; Valor Global: R\$ 33.725,33 - trinta e três mil setecentos e vinte e cinco reais e trinta e três centavos; Vigência: 18/03/2014 a 31/12/2014; Fundamentação Legal: termos da lei nº. 8.666/93.

Termo Aditivo 5º Aditivo; Pregão Presencial nº 151/2011; Contrato nº 115/2011 Processo nº 2013046374; Contratante: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e Fundo Municipal de Educação; Contratado: Cooperativa de Transporte Escolar e Passageiros do Sudoeste Goiano - Cootralar; Objeto: 5º termo aditivo de acréscimo de valor e prorrogação de prazo do contrato de prestação de serviços de transporte escolar atendendo a necessidade do Fundo Municipal de Educação; Valor Global: R\$ 13.640.380,91 - treze milhões seiscentos e quarenta mil trezentos e oitenta reais e noventa e um centavos; Vigência: 01/01/2014 ate 31/12/2014; Fundamentação Legal: termos da lei nº. 8.666/93 e lei nº. 10.520/2002.

ESTADO DE GOIÁS
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO VERDE
ATO EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Termo Aditivo 1º Aditivo; Contrato nº 310/2013; Processo nº 2013049987; Contratante: Fundo Municipal de Saúde; Contratada: José Roberto Saraiva; Objeto: 1º termo aditivo para prorrogação de prazo de contrato de locação de imóvel atendendo as necessidades do Fundo Municipal de Saúde; Vigência: 01/01/2014 a 31/12/2014; Fundamentação Legal: termos da lei nº. 8.666/93 e lei nº